



Edição do Dia

Primeiro Plano

Nacional

Polícia e Tribunais

Economia e Trabalho

Sociedade e Vida

Mundo

Opinião

Preto no Branco

Desporto

Cultura

Etcetera

Televisão e Média

Última

Tema de Domingo



Grande Porto

Norte

Minho

Centro

Sul

Cavaco pede mais acesso dos carenciados à Saúde

TIAGO PETINGA/lusa

Alexandra Marques

Cavaco Silva fez, ontem, um apelo para que o acesso às informações de saúde seja facilitado, realçou que existem "franjas da sociedade e do território em clara desvantagem no acesso aos cuidados médicos" e pediu ao Governo que crie programas concretos de prevenção do consumo de tabaco, álcool e drogas, da obesidade e dos acidentes rodoviários e laborais.



Aviso a Correia de Campos o presidente quer mais informação aos cidadãos sobre as mudanças na Saúde

"Ainda existem problemas na acessibilidade à informação, às medidas de promoção da saúde, de prevenção da doença e até aos cuidados terapêuticos e de reabilitação", disse o presidente da República, na abertura do ano académico da Academia Portuguesa de Medicina, em Lisboa.

Num rol de recados dirigidos ao ministro da Saúde, Correia de Campos, o chefe de Estado disse que continua a haver pessoas marginalizadas, desintegradas e sem abrigo, "doentes crónicos a quem faltam apoios, cidadãos deficientes com barreiras que não conseguem vencer e imigrantes com precárias condições de acesso aos cuidados médicos".

Os idosos também foram referidos por Cavaco Silva, ao lembrar que "é preciso viver mais, mas viver com melhor qualidade".

Cavaco pediu ainda "um enquadramento jurídico claro" e políticas rigorosas e procedimentos administrativos para lidar com as dependências, os excessos à mesa e ao volante, e com a insegurança no local de trabalho.

No domínio do tabagismo, o Governo agiu, mas o diploma ainda nem foi aprovado pelo Executivo. O anteprojeto foi apresentado a 6 de Abril de 2006, por Correia de Campos, apontando que a lei estivesse aprovada dois meses depois em Conselho de Ministros.

Os 60 dias de discussão pública terminaram em Julho, mas em Agosto, um estudo encomendado pelo Ministério revelou que 70,7% dos inquiridos defendiam que o proprietário de discoteca, bar ou restaurante, deveria poder escolher se o local pode ter clientes fumadores. E em Setembro, o ministro dizia à Lusa que os proprietários terão um prazo para decidir, confessando-se esperançado que alei entre em vigor no primeiro trimestre de 2007.

Em Novembro disse ao JN, que o diploma iria a Conselho de Ministros até ao final do ano e só depois seguiria para discussão no Parlamento. Não chegou a ser aprovado nem o será na reunião desta semana e só deverá entrar em vigor em 2008.

Mais Nacional

■ Futura legislação sobre o aborto vai obrigar a aconselhamento

■ PS admite período de reflexão e custo baixo

■ Mendes diz que posição de Sócrates é extremista

■ Bagão contra licença paga para quem faça um aborto

■ Amado é ouvido pelo Parlamento sobre suspeitas